

## Salvador em revolta: alguns olhares para a revolta islâmica na Bahia em 1835

DIANNA, Eduardo Matheus de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio de graduação pretende analisar o levante de escravos mais sério e de maior repercussão ocorrido no Brasil: a revolta dos malês em 1835 na Bahia. Sendo sucedida na cidade de Salvador com um caráter essencialmente urbano, a revolta contou com mais de 600 insurgentes africanos que se juntaram em torno de um objetivo em comum: lutar contra a exploração e a dominação da coroa portuguesa e dos senhores baianos. Esse marcante episódio de resistência africana durou menos de 24 horas, pois, os insurgentes estavam mal instrumentalizados no sentido bélico frente às tropas imperiais. Nesse sentido, fica claro que os rebeldes africanos tinham pouca chance de sucesso. A religião islâmica foi um fator de extrema importância para a articulação e planejamento, uma vez que, esteve presente na revolta e se tornou um dos principais pilares dos revoltosos, embora, não se deve excluir ou omitir a participação de outras religiões nesse episódio, apesar de poucos adeptos. A revolta envolveu apenas escravos africanos – de variadas etnias (nagôs, haussás, jejês, entre outras) – excluindo-se assim a participação de crioulos, mestiços e indígenas. A revolta dos malês ocorreu no contexto do período regencial (1831-40) e foi mais uma, de muitas revoltas desse conturbado período, onde aspirações e desejos de uma sociedade melhor se encontraram e se formularam em torno de insurreições e rebeliões.

**Palavras-chave:** Malês; Resistência; Islamismo.

## Salvador en revuelta: algunas miras para la revuelta islámica en Bahia en 1835

**Resumen:** En este ensayo de graduación se analiza el levantamiento de los esclavos más graves y de mayor repercusión ocurrido en Brasil: la revuelta de los malês en 1835 en la Bahía. Tener éxito en la ciudad de Salvador y sean esencialmente de carácter urbano, la revuelta tuvo más de 600 insurgentes africanos que se unieron en torno a una meta común: luchar contra la exploración y la dominación de la corona portuguesa y señores baianos. Este notable episodio de la resistencia africana duró menos de 24 horas, porque los insurgentes estaban mal equipados en el sentido militar, contra las tropas imperiales. En este sentido, es evidente que los rebeldes africanos tenían pocas posibilidades de éxito. La religión islámica fue un factor de suma importancia para la coordinación y planificación, ya que estaba presente en la revuelta y se convirtió en uno de los pilares fundamentales de los rebeldes, sin embargo, no se debe eliminar o suprimir la participación de otras religiones en este episodio, aunque pocos admiradores. El levantamiento incluyó sólo los esclavos africanos - de diversos grupos étnicos (nagôs, haussás, jejês, entre otros) - se descartó la participación de criollos, mestizos e indios. La revuelta de los malês se produjo en el contexto de la Regencia (1831-1840) y fue uno más, de muchas revueltas que sacudió el período donde las aspiraciones y deseos de una sociedad mejor conoció y se formularan en torno de insurrecciones y rebeliones.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Bolsista PIBIC/CNPq.  
Email: [ded-dianna@hotmail.com](mailto:ded-dianna@hotmail.com)

**Palabras clave:** Malês; Resistencia; Islam.

## **INTRODUÇÃO**

A história da resistência escrava na América inicia-se muito cedo, remonta aos princípios do século XVI. Desde que cruzaram – a força – o oceano Atlântico e pisaram em solos até então desconhecidos, os africanos nunca foram passíveis e submissos à dominação e a exploração dos senhores e da Coroa. Segundo João José Reis “a primeira grande rebelião escrava no Novo Mundo parece ter sido feita pelos cativos de Diego Colombo, filho do “descobridor” Cristóvão, no Natal de 1522” (REIS, 1995-6, p.22). Na América Portuguesa em específico, Stuart Schwartz assinala desconhecer levantes organizados de escravos anteriores ao final do século XVIII, “predominando a resistência individual, as fugas e a formação de quilombos” (REIS, 1995-6, p.22).

Nesse artigo, tratarei de uma revolta de escravos ocorrida na província da Bahia no século XIX: A revolta dos Malês em 1835. De acordo com Marco Morel (2003) a rebelião eclodiu no Período Regencial (1831-1840). Esse período foi marcado por intensas insurreições e rebeliões de variadas tendências e de caráter popular, sendo também palco de intensos embates políticos. Conforme Ronaldo Vainfas:

o contexto específico da Bahia e, em particular, de Salvador, então marcado pela crise econômica e pela escassez que atingiam os segmentos pobres e miseráveis, livres, libertos e cativos da cidade, transformando-a em palco privilegiado de confrontos e embates (2002, p.643).

## **OS MALÊS E A REVOLTA NA BAHIA DE 1835**

Nas primeiras décadas do século XIX duas regiões no Império do Brasil tinham uma grande notoriedade. O Rio de Janeiro e a Bahia. A província do Rio de Janeiro era importante, pois ali se situava a Corte Imperial e todos os assuntos que concerniam à administração da ex-colônia portuguesa e do país recém “independente”<sup>2</sup>. A província baiana, por outro lado, ganhava notoriedade, pois era o coração da economia açucareira no Brasil e concentrava muitos engenhos na região do Recôncavo. Consequentemente, a capital Salvador passava a receber um grande

---

<sup>2</sup> O termo foi colocado entre aspas, pois, seguimos com a interpretação de Emilia Viotti da Costa, ao propor que em 1822 o Brasil passa a ser emancipado politicamente de Portugal e não independente, no sentido estrito do termo. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/historia/versoes/downloads/Emiliviotti.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

número de negros africanos traficados pelo Atlântico, justamente para serem empregados nos engenhos da região.

Nesse contexto, a cidade de Salvador se destacava além do plano político, econômico e cultural e se apresentava como um espaço de ampla resistência de africanos escravizados, pois foi nessa região que ocorreram diversas conspirações, insurreições e grandes levantes de escravos islamizados entre 1807 a 1835, como nos mostra Schwartz:

A história da resistência escrava no Brasil é normalmente dividida em dois temas paralelos e algo distintos: a fuga e a formação de quilombos; e grandes revoltas escravas, geralmente de natureza urbana, especialmente aquelas que ocorreram na Bahia na primeira metade do século XIX. [...] Na longa história da resistência contra a escravidão brasileira não houve, de fato, nada parecido com a série de revoltas e conspirações que sacudiram a cidade de Salvador e a zona agrícola contígua, o Recôncavo, entre 1807 e 1835. [...] As revoltas escravas baianas foram em geral organizadas e desenvolvidas em torno das etnias, mas às vezes a participação e a liderança ultrapassavam essas fronteiras culturais [...] constituíram uma série de campanhas ou batalhas numa longa guerra contra a escravidão, ou como disse um escravo, “uma guerra dos pretos” (SCHWARTZ, 1996, p.373-4).

A revolta dos malês de 1835 aconteceu num momento de clima político e social extremamente conturbado, onde as tensões e os conflitos se apresentavam de forma a só fazer aumentar o ambiente de incerteza e insegurança por parte das classes dominantes, elementos esses característicos do contexto em que se insere esta revolta. Segundo Reis:

A rebelião de 1835 aconteceu em meio a um clima político social tumultuado, tanto na Bahia como no Brasil em geral. Depois da independência em 1822, o país enfrentaria problemas que com frequência emergiram durante a formação dos estados nacionais da América latina: divisão entre classes dirigentes, conflitos entre federalistas e centralistas, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas. Em muitas regiões do Brasil essas divergências foram acompanhadas de revoltas populares, muitas vezes dirigidas contra o sistema monárquico (REIS, 2003, p. 44).

Conforme Reis (2003), os rumores e boatos de uma insurreição escrava em Salvador tomavam conta das conversas e reuniões dos baianos naquela época, rumores esses que aumentavam significativamente com as festas de fim de ano e feriados religiosos. Segundo Reis: “Aquele dia de sábado se passara todo ao sabor de rumores e conversas sobre o movimento que explodiria no dia seguinte” (REIS, 2003, p.126). Todos esses rumores fizeram com que a polícia se organizasse com mais facilidade para combater os rebeldes africanos.

Então, na madrugada do dia 24 para o dia 25 de janeiro de 1835 eclodiu em Salvador o movimento sedicioso de escravos mais importante que se tem notícia. De caráter essencialmente urbano, a revolta dos Malês envolveu cerca de 600 homens – escravos e libertos – e mobilizou uma grande quantidade de tropas imperiais em sucessivas batalhas pelas ruas de Salvador. O levante durou menos de 24 horas e foi brutalmente reprimido pelo governo baiano, conseqüentemente, levando à derrota aos revoltosos. Conforme Reis (2003), parte do sucesso da repressão ao movimento advém da precária instrumentalização dos rebeldes – estavam em desvantagem numérica de homens e contavam com armamentos rudimentares como lanças, porretes e com apenas duas armas de fogo – e da denúncia de três africanos libertos. Etienne Ignace em seu ensaio *A revolta dos Malês (24 para 25 de janeiro de 1835)* publicado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) comenta: “No dia seguinte era horrorosa a carnificina: as ruas estavam juncadas de cadáveres” (IGNACE, 1907, p.130)

De fato, a repressão contra os africanos após o levante foi rápida e brutal. A revolta foi suprimida com intensa violência pelo governo, já que cerca de 70 revoltosos morreram em combate; muitos outros foram presos e açoitados; alguns libertos foram deportados para a África e, num primeiro momento, a dezesseis foi compelida a pena capital, porém, apenas quatro foram executados posteriormente. No entanto, o pesadelo para os africanos não acabaria aí. “Se os baianos tinham medo, os africanos foram submetidos a verdadeiro terror. As autoridades baianas não descansaram na obra da repressão” (REIS, 2003, p.426).

O que se viu na Bahia após 1835 foi uma imensa arbitrariedade face aos africanos, mesmo com os que não participaram da revolta. A dualidade entre “civilizados e bárbaros” tomava conta da Bahia após o levante e dava margem para todo o tipo de abuso. Reis comenta: “O clima de medo incentivou a fúria dos vencedores. Humilhação, espancamento e frequentes assassinatos atingiram de forma indiscriminada africanos pacíficos e inocentes, que fugiam aterrorizados cada vez que uma patrulha despontava na esquina” (REIS, 2003, p.423).

O levante foi articulado por africanos islamizados, porém envolveu uma gama de etnias provenientes da África, tendo um objetivo em comum: acabar com a dominação e a exploração colonizadora, especialmente a branca. Conforme Reis (2003), o termo malê na língua iorubá significa muçulmano e era utilizado pelos baianos para descrever todos os africanos de orientação islâmica. Portanto, entre os

malês havia diversas etnias africanas: nagôs, haussás, jejes, entre outros. No levante de 1835 eram os nagôs que compunham o movimento, em maior número, porém não se deve descartar a participação de outros africanos. Reis comenta sobre o dia do levante:

Apesar da confusão daquela noite, eles não apelaram para a violência indiscriminada. Não invadiram casas, matando, saqueando, incendiando, enfim, submetendo Salvador a um terror generalizado. Eles nem sequer promoveram violências contra seus senhores e suas famílias, muitas das quais, temendo por isso abandonaram suas casas para se esconderem nos matos vizinhos e em canoas no mar. [...] optaram por um enfrentamento quase clássico, de lutar somente contra as forças organizadas para combatê-los. Talvez tivesse havido nisso algo de protocolo militar muçulmano (REIS, 2003, p.149).

## **O ISLÃ BAIANO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A REVOLTA**

Segundo Reis (2003) os líderes do movimento de 1835 eram escravos ou libertos: Ahuna, Pacifico Licutan, Sule ou Nicobé, Dassalu ou Damalu, Gustard, Manoel Calafate, Luís Sanim, Elesbão do Carmo ou Dandaró. Esses mestres ou alufás sabiam ler e escrever em árabe, assim como alguns outros africanos que participaram da revolta. A religião islâmica contribuiu de forma importante na organização e articulação do levante, sendo esta praticada principalmente pelos nagôs, porém outras religiões e outros povos além dos de origem iorubá participaram desta insurreição. Os rebeldes costumeiramente se encontravam para professar sua fé e os mestres religiosos (líderes do movimento) os ensinavam a ler e escrever em árabe, além de compartilharem suas aspirações, desejos e críticas por uma sociedade melhor. A maioria dos rebeldes envolvidos na rebelião de 1835 era da religião muçulmana, mas escravos e forros africanos do candomblé também se fizeram presentes, mostrando a diversidade religiosa característica da Bahia do século XIX. Reis ressalta:

[...] o islã representava na Bahia um concorrente de peso, num ambiente em que convivia com o culto dos orixás nagôs, dos voduns jejes, dos iskoki haussás, dos inquices angolanos - entre outras expressões da religiosidade africana tradicional. Somem-se aos santos do catolicismo crioulo – também abraçado por africanos – e se terá uma ideia do pluralismo religioso no seio da população africana e afro-baiana na naquela época (REIS, 2003, p.177).

Os revoltosos saíram para o enfrentamento das tropas vestidos com uma roupa branca, uma espécie de abadá que, conforme Reis (2003) ficou conhecida como “vestimenta de guerra” pelas autoridades policiais da época. Essa roupa era característica dos adeptos do islamismo na Bahia. Junto deles foram apreendidos

diversos amuletos muçulmanos que em geral serviam para sua proteção e para o cotidiano e não continham estratégias militares ou políticos. Neles, segundo Reis, podem-se encontrar rezas e passagens do Alcorão (Qur'an) todos escritos em árabe. "Os textos e desenhos islâmicos serviam a uma variedade de fins protetores, sendo a imunidade às balas dos infiéis apenas um deles" (REIS, 2003, p.192). Esse autor ainda comenta:

Foram muitos os manuscritos encontrados pela polícia, e que tanto impressionaram os contemporâneos. Para uma sociedade cujo grupo dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeto, não deve ter sido fácil aceitar que os escravos africanos possuíssem meios sofisticados de comunicação. Escrever, afinal, era um sinal indiscutível de civilização, de acordo com os valores europeus que predominavam entre a elite baiana na época (REIS, 2003, p.228).

É importante ressaltar que apenas africanos participaram do levante, excluindo assim os crioulos, pardos e mestiços. Em suma, a articulação do levante ficou a cargo dos malês dos muçulmanos, e a revolta propriamente dita foi africana. É preciso esclarecer também que nem todos os africanos muçulmanos que viviam na Bahia em 1835 participaram da revolta, embora as autoridades tenham usado a posse de papéis com caligrafia árabe - amuletos - como prova de rebeldia e por isso muitos rebeldes foram presos e condenados. Reis comenta acerca da ausência de crioulos na revolta de 1835:

A ausência do negro brasileiro na rebelião de 1835 não deve surpreender. Crioulos, cabras e mulatos não participaram de nenhuma das mais de vinte revoltas escravas na Bahia anteriores a 1835. [...] As relações entre afro-brasileiros e africanos na Bahia eram, no mínimo, difíceis. A ausência dos primeiros pode ser explicada em grande parte por suas diferenças e suas divergências com os últimos, resultantes de suas posições específicas na sociedade escravista. Salvo algumas exceções, de norte a sul das Américas os crioulos não se envolveram em levantes escravos onde eram inferiores em número de africanos (REIS, 2003, p.320-321).

João José Reis ainda fala de um pacto "antiafricano" implícito entre baianos senhores, crioulos e mulatos. "Esse pacto se manifestava num aspecto decisivo: mulatos, cabras, e crioulos forneciam o grosso dos homens empregados no controle e repressão aos africanos. Eram eles que faziam o trabalho sujo dos brancos de manter a ordem" (REIS, 2003, p.322).

Conforme Reis (2003) quanto aos objetivos dos revoltosos, um deles seria tomar Salvador de assalto, ocupando posições estratégicas e não ficar inertes, ou seja, não ficarem apenas instalados na cidade, pois, uma hora ou outra, haveria um cerco inevitável que acabaria com seus planos. Seus intuitos eram então seguir em

direção ao Recôncavo baiano – os rebeldes tinham bastante clara a noção que o Recôncavo era uma posição extremamente vantajosa, do ponto de vista militar e geográfico – onde havia uma densa população de escravos e proclamar uma comunidade islâmica, ou, nas palavras de Reis, “um califado na Bahia” em expansão. O que não nos resta dúvida é que os rebeldes previam uma Bahia para os africanos. Se tivessem conquistado a vitória, segundo João José Reis:

Há indícios de que não tinham planos amigáveis para as pessoas nascidas no Brasil, fossem estas brancas, negras ou mestiças. Um seriam mortas, outras escravizadas pelos vitoriosos malês. Isso refletia as tensões existentes no seio da população escrava entre aqueles nascidos na África e aqueles nascidos no Brasil (s/a, p.6)<sup>3</sup>.

A respeito da escravização dos brancos, crioulos e outros povos de Salvador na época, é necessário tecer uma abordagem cautelosa. Essas informações e planos dos malês foram delatadas pela liberta africana Guilhermina numa atitude de fidelidade para com seu ex-senhor. Segundo o próprio Reis, não há meios para sabermos quais eram seus planos reais e suas intenções com outros povos não africanos. Entretanto, “há evidência indireta de boa convivência em que muitos muçulmanos e não-muçulmanos, apesar das tensões mútuas, conseguiram de alguma forma construir na Bahia” (2003, p.243). Outro indicativo de boa convivência entre os malês e outros povos de religiões distintas na Bahia é o próprio caráter sincrético que o Islã baiano assumiu, compilando características do culto dos orixás e do próprio cristianismo. Assinala Reis que: “A combinação do Qur’an com a Bíblia, um surpreendente hibridismo dos malês baianos, desafia a ideia de que fossem todos eles culturalmente separatistas e que ignorassem a cultura culta cristã” (2003, p.197). Nesse sentido, Bernard Lewis comenta: “É evidente que [a pregação de Muhammad] esteve sujeito a influências judaicas e cristãs. Atestam-no os próprios conceitos de monoteísmo e da revelação assim como os múltiplos elementos bíblicos contidos no Alcorão” (1982, p.46). Portanto, os muçulmanos baianos não ignoravam a tradição cristã, pois de certa forma imaginavam fazer parte dela.

O que sabemos é que a doutrina do Islã só condena a escravidão de um muçulmano sob outro muçulmano, ou seja, aceita a escravização de infiéis e pagãos, e o próprio Muhammad possuía um escravo. Nas palavras de Robert Mantran: “A escravidão foi mantida, mas o Corão tentou atenuá-la concedendo um

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf?c92692> Acesso em 18 de fevereiro de 2016

estatuto, decerto inferior, aos escravos que, todavia podiam tornar-se muçulmanos. [...] Ao muçulmano era proibido escravizar outro muçulmano, o que contribuiu para reforçar a fraternidade entre os crentes” (MANTRAN, 1977, p.74). Superada estas questões, o que vale ressaltar é que, conforme Reis (2003), o problema mais difícil seria, sem dúvida, a paz e o convívio com os brancos, uma vez que o movimento era considerado pelos próprios revoltosos como uma “guerra aos brancos”.

Como já vimos, a rebelião de 1835 envolveu diversas etnias de africanos, nagôs - em maior número - haussás, jejes, entre outros. Desse modo, não apenas africanos islamizados participaram da rebelião, bem como os não islamizados provenientes do candomblé e do próprio catolicismo.<sup>4</sup> Dentro desse grupo de pessoas estavam os escravos e também os libertos. Então, como pode se configurar a revolta dos Malês como uma rebelião de escravos, tendo em vista que os libertos também contribuíram para o levante? Segundo Silva e Reis (1989) a participação de libertos na revolta tem sido utilizada como argumento contra a ideia de uma rebelião de escravos em 1835. Conforme o entendimento desses autores, o escravo depois de liberto não se tornava um homem livre, tampouco possuía direitos políticos e sociais e mesmo sendo considerado estrangeiro, não possuía os privilégios e direitos de um cidadão de outro país. Em suma, o liberto não era considerado cidadão e por vezes era visto como um ser indesejável.

O estigma da escravidão estava irredutivelmente associado à cor de sua pele e, sobretudo, à sua origem. Os africanos libertos eram tratados pelos brancos pelos pardos e até pelos crioulos como escravos. Não eram cidadãos de segunda ou terceira classe, simplesmente não eram cidadãos (SILVA; REIS, 1989, p.106).

Nas palavras do próprio chefe de polícia da província, Francisco Gonçalves Martins: “Nenhum deles goza do direito de cidadão, nem privilégio de estrangeiro” (apud REIS, 2003, p.421). Podemos então compreender a revolta dos malês no viés político como uma revolta de escravos e libertos, porém, no meio cultural e social – enraizado profundamente naquela sociedade – como uma revolta de escravos.

Reis destaca vários aspectos que podem ser apreendidos para a compreensão do aumento significativo no número de revoltas e conspirações escravas na primeira metade do século XIX. Para o autor, tais aspectos se davam

---

<sup>4</sup> O catolicismo era a religião oficial do Império do Brasil, assegurada pela constituição de 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acesso em 14 de janeiro de 2016.

pelo “crescimento da economia canavieira, o aumento nas importações de africanos, intensificação do trabalho demandado pelos escravos, as crises cíclicas de abastecimento, o clima de divisão entre os setores livres da população” (REIS, 2003, p. 68).

Essas constantes rebeliões na Bahia no século XIX são explicadas por alguns aspectos citados acima, que podem ser compreendidos, resumidamente, em: político, cultural, econômico e religioso. Esse último talvez num primeiro momento ganhe mais destaque, pois se observa a forte orientação islâmica dos africanos envolvidos. Como nos mostra Raymundo Nina Rodrigues, a Bahia passou por uma série de eventos sediciosos com essa orientação, os quais antecederam a revolta de 1835. Em sua obra *Os africanos no Brasil*,<sup>5</sup> (2010) Rodrigues nos mostra uma clara tradição rebelde na Bahia; uma herança cultural de resistência muito forte que sem dúvida culminaria no levante de 1835. Segundo esse autor, ocorreram conspirações e levantes dos africanos haussás em 1807; 1809 e 1813. Quanto às revoltas dos nagôs o autor salienta:

A exemplo dos Haussás, que, para a grande revolta de 1813, se haviam ensaiado nas tentativas de 1807 e 1809, assim, nos sucessivos movimentos insurrecionais de 1826, 1828 e 1830, os Nagôs, impassíveis e indiferentes aos rios de sangue em que tinham sido afogados nos pequenos levantes anteriores, amestraram-se e instruíram-se na arte de urdir as grandes conspirações, tão bem revelada nas proporções que deram à revolta de 1835 (RODRIGUES, 2010, p.55).

Essas revoltas eram muito bem articuladas e pacientemente planejadas, pois até suas datas eram previamente estipuladas para que houvesse um maior sucesso dos rebeldes. Nos levantes haussás antes de 1822 fica claro, a partir da bibliografia, que se utilizavam das datas festivas cristãs para se rebelar. Schwartz ao discutir o levante haussá de maio de 1813 comenta: “até aqui os planos para o levante pareciam se encaixar nos padrões do período. A rebelião teria início num momento do calendário secular e religioso em que o nível de controle estaria baixo – Natal, Páscoa, Nossa Senhora da Guia ou São João eram populares” (SCHWARTZ, 1996, p.382). O levante dos Malês não seria exceção: o domingo do dia 25 de janeiro para os cristãos baianos marcava o dia de Nossa Senhora da Guia, para os

---

<sup>5</sup> *Os africanos no Brasil* é uma publicação póstuma, sendo escrito entre 1890 e 1905 por Raymundo Nina Rodrigues. Sua primeira edição foi publicada em 1932. O texto se constitui de importante fonte histórica, pois é escrito cerca de cinquenta e cinco a setenta anos da data em que o levante eclodiu.

africanos islamizados era o fim do Ramadã, mês sagrado do Islã e marcava a festa do Lailat al-Qadr, a Noite da Glória.

A escolha tinha óbvias razões estratégicas, prova de que os homens que a fizeram eram ladinos conhecedores dos costumes dos moradores de Salvador. [...] a festa levaria para o distante bairro do Bonfim, então periferia de Salvador, um grande número de pessoas, especialmente homens livres. Boa parte do corpo policial também convergiria para lá, com o intuito de controlar os excessos do povo, sobretudo da população africana e afro-baiana que participava maciçamente da celebração. [...] Esvaziada de homens livres e policiais, a cidade seria fácil presa (REIS, 2003, p.261).

Retomando a ideia da importância do Islã para o movimento insurrecional de 1835, é interessante destacarmos que, de acordo com Raymundo Nina Rodrigues, o levante ocorre num momento de franca expansão da religião islâmica pela Bahia e

põe em forte destaque a influência do Islamismo nos negros brasileiros, ao mesmo tempo que descobre os intuítos religiosos de toda esta série de levantes de escravos da Bahia. Por ocasião da última, a propaganda religiosa e guerreira dos negros maometanos havia atingido o auge do seu desenvolvimento (RODRIGUES, 2010, p.60).

Os africanos muçulmanos que desembarcaram a força nos portos do Brasil tentaram de todas as maneiras preservar seus baluartes culturais, resistindo a dominação colonizadora. Segundo Reis (2003) não resta dúvida de que a maior concentração de afro-muçulmanos nas Américas se dava na Bahia na primeira metade do XIX. Concentração em torno da religião que só fazia aumentar graças ao alto nível de proselitismo religioso que passava a região na época. “Velhos malês muitas vezes procuravam atrair malês novos. Os documentos da devassa sugerem um forte movimento de proselitismo e conversão em curso na Bahia da década de 1830” (REIS, 2003, p.183). Podemos então compreender o islamismo como um elemento de resistência frente à escravidão na Bahia, observando ainda que a religião tornou-se instrumento de luta a ser utilizado pelos escravos como meio de libertação. Nas palavras de Jamil Almansur Haddad: “o negro com o árabe sentia-se mais acendido na condição de criatura humana” (HADDAD, 1981, p.90).

Ainda seguindo no assunto que concerne a religião islâmica, muitos autores apresentam a revolta dos malês de 1835 como um *jihad* ou guerra santa. São eles: Raymundo Nina Rodrigues, Etienne Ignace, Alberto da Costa e Silva, entre outros. Os dois primeiros são escritos não muito distantes de 1835. Apesar de estes dois primeiros autores revelarem um caráter racista e serem carregados de profundas

visões e raízes europeias, seus textos constituem-se como fontes valorosas de informação. Quanto ao *jihad*, Rodrigues destaca:

A acentuar bem o caráter de guerra religiosa veio à declaração do negro iebu Carlos, sobre quem tinham pairado um instante suspeitas de conivência revolucionária, de que ‘os nagôs que sabem ler e escrever são sócios da insurreição, nem davam a mão a apertar, nem tratavam bem aos que não o eram, chamando-os de caveri’ (RODRIGUES, 2010, p.63).

Etienne Ignace é mais enfático ao declarar o caráter religioso da revolta:

A insurreição, porém, que explodiu, na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, na ‘leal e valorosa cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos’, não apresentava tão somente um caráter político e social; não era um esforço para a conquista da liberdade; revestia, ao contrário, um caráter sobremaneira religioso: era, em uma palavra, uma guerra santa (IGNACE, 1907, p.122).

Outro historiador mais contemporâneo, Alberto da Costa e Silva, concorda com Rodrigues e Ignace e atribui o caráter de “guerra santa” à revolta de 1835. Segundo esse historiador e em acordo com Rodrigues: “os movimentos insurrecionais de escravos do início do século XIX na Bahia foram reflexos do que se passava nos sertões profundos do golfo do Benim” (SILVA, 2011, s/p). Ainda seguindo o pensamento de Silva, os escravos traficados para o Brasil decorreram das guerras de expansão do islamismo nos territórios africanos, ou seja, em território brasileiro esses cativos nunca deixaram de pensar no *jihad*, e deveriam continuar na Bahia o dever de expandir a religião. Em suas palavras: “Uma guerra santa semelhante àquela em que haviam lutado no outro lado do oceano e a que talvez sonhassem dar prosseguimento da Bahia.” (SILVA, 2011, s/p.) E completa: “é difícil conceber-se que a maioria dos que tinham combatido no *jihad* deixasse, ainda que escravos na Bahia, de continuar a ter-se como parte da Umma<sup>6</sup>” (SILVA, 2011, s/p).

Em contraponto a esses posicionamentos se encontra Reis, ao defender que a rebelião de 1835 não foi um *jihad* clássico<sup>7</sup>, nada mais foi do que um *dar al-harb*, uma guerra comum, sem os preceitos e fins da religião e da expansão em si. Segundo Reis e Silva: “Nagôs islamizados e não islamizados participaram do

---

<sup>6</sup> Segundo Bernard Lewis em *Os Árabes na História* (1982) a Umma foi uma comunidade religiosa e de caráter teocrático fundada no seio da cidade de Medina e governada pelo profeta Muhammad.

<sup>7</sup> Como aqueles empreendidos pelas guerras santas de expansão promovidas por Muhammad e os califas que se seguiram no período posterior à sua morte, conquistando a Arábia, o norte da África, tomando controle do Mar Mediterrâneo e, posteriormente, se fixando na península Ibérica entre os séculos VII e XI.

levante de 1835. Este é um aspecto que não foi entendido por nenhum dos autores que explicaram 1835 como um *jihad*” (SILVA; REIS, 1989, p.110).

Nesse sentido, segundo esses autores, os muçulmanos na Bahia tinham aprendido a conviver com as outras religiões de matrizes africanas no próprio continente em que viviam antes de sua forçada vinda. Conforme os mesmos, não existem evidências de que o intuito dos malês era de impor a religião aos outros africanos, mesmo porque todos os outros conterrâneos da África eram vistos como potenciais aliados para se juntarem na rebelião. Em outra obra, Reis (2003) completa esse raciocínio: “não temos prova de que o monopólio religioso fosse seu principal objetivo em 1835 ou em qualquer outro momento. Esta conclusão, todavia, só é possível porque considero que o levante não teve como seu principal objetivo a imposição violenta do Islã sobre os africanos e outros habitantes da Bahia” (REIS, 2003, p.245).

Seguimos com o pensamento de Reis, não considerando a rebelião de 1835 como um *jihad*, e sim como uma guerra comum, com o objetivo de romper com a ordem e a dominação branca na Bahia.

## **O CARÁTER URBANO DA REVOLTA E A TEMIDA “AFRICANIZAÇÃO” DA BAHIA**

A rebelião de 1835 foi, conforme os referenciais teóricos, estritamente urbana, e por ocorrer nesse meio onde os cativos e libertos tinham mais autonomia, ficou mais fácil seu planejamento e articulação, pois escravos empregados no meio urbano tinham mais liberdade de circulação e integravam mais o cotidiano das cidades do que os mesmos empregados nos engenhos de cana-de-açúcar. Quanto a isso, Reis ressalta que:

As ocupações dos presos por suspeita de participação na revolta de 1835 refletem a variedade de atividades desempenhadas pelos escravos urbanos. Havia entre eles lavradores, remadores, domésticos, pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, armeiros, barbeiros, vendedores ambulantes, carregadores de cadeira, entre outras atividades. A grande maioria dos rebeldes se empregava em ocupações tipicamente urbanas. Foram pouquíssimos os ocupados na lavoura, por exemplo. Um ou outro tinha vindo do Recôncavo para participar do levante em Salvador (REIS, s/a, p.5)<sup>8</sup>.

Silva e Reis (1989) ainda nos dão uma dimensão da importância do meio urbano para a articulação dos levantes de escravos. Também nos falam da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf?c92692> Acesso em 18 de fevereiro de 2016

imprescindível ajuda dos libertos empregados nas diversas tarefas cotidianas da cidade que contribuía de forma precisa para os movimentos rebeldes. Assim, esses autores completam:

[...] a política de rebeldia em 1835 foi facilitada pelo meio urbano, pela conjuntura econômica recessiva e pela situação política geral da província da Bahia e do império do Brasil. Embora o coração da economia de exportação da Bahia estivesse no Recôncavo, estavam em Salvador às condições ideais para a organização de rebeliões como a de 1835. Em primeiro lugar, a cidade abrigava a grande maioria dos libertos africanos, os quais forneciam infraestrutura material e quadros para a resistência. Não podia haver proselitismo, planejamento e mobilização sem a capacidade, mesmo que relativa, de circulação geográfica dos libertos. Nem podiam as conspirações escravas ser arranjadas sem as casas dos libertos, que serviam como ponto de reunião, depósito de armas, esconderijo de escravos fugidos e local de interação cultural, social, religiosa e até econômica dos africanos (SILVA; REIS, p.114-15).

De fato, o ambiente urbano contribuiu de forma significativa para a difusão do Islã entre os praticantes e os não praticantes. A interação de libertos e escravos auxiliou na criação de uma rede de propagação, recrutamento e proselitismo que atingia grande parte desses dois grupos tão semelhantes nos âmbitos culturais e sociais. Mais do que uma simples religião, o islamismo:

[...] crescia e ousava expor-se publicamente. A essa altura os muçulmanos já representavam um segmento da comunidade negra definido, e forte referência para os africanos. Muitos escravos e libertos corriam para o Islã em busca de conforto espiritual e esperança. Precisavam disso para pôr alguma ordem e dignidade em suas vidas. Os textos corânicos os atraíam pela simpatia ali encontrada em relação ao homem discriminado, exilado, perseguido e escravizado (REIS, 2003, p.236).

Muitos historiadores e historiadoras se preocupam em nos mostrar o crescente sentimento de medo e insegurança que a presença dos cativos trazia às classes dirigentes no Brasil em geral. Azevedo em sua obra *Onda negra medo branco* (2004) aborda essa questão ao assinalar para uma temida “onda negra” cheia de violência e insatisfação que inquietava vários setores da sociedade num todo no XIX:

Ora, perguntavam-se alguns assustados “grandes” homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade dos ricos proprietários, porque não se repetiria o mesmo aqui? [...] As três primeiras décadas do século XIX só viriam confirmar estas sombrias expectativas com o desenrolar das insurreições baianas, detalhadamente organizadas pelos haussás e nagôs. E se elas não conseguiram alcançar seus objetivos, nem por isso eram menos atemorizantes. A persistência um dia poderia ter sucesso (AZEVEDO, 2004, p.29).

Reis nos apresenta uma característica dos escravos baianos do XIX, qual seja, certa reputação de rebeldia que certamente estava ligada às outras agitações escravas que por muitas vezes colocava medo e provocava pânico na mentalidade das elites baianas: “os escravos da Bahia estabeleceram uma reputação de rebeldia em todo o Brasil. Embora frequentes em tempos anteriores, sobretudo na forma de quilombos, as rebeliões se multiplicaram a partir do início deste século” (REIS, 2003, p.68).

Nesse contexto, os relatos do Ministério da Justiça apresentados a Assembleia Geral Legislativa em sessão ordinária no ano de 1836 dão conta da tensão que as revoltas e rebeliões provocavam no governo Imperial: “He sobremaneira doloroso ter de anunciar-vos que o espirito de desordem; e anarchia continua a lavrar e a fazer estragos horrorosos em algumas Províncias do Império com espantosa celebridade” (p.5)<sup>9</sup>.

O medo sem dúvida pairava sob a cabeça das elites baianas do século XIX. Há não muito tempo atrás de 1835, eclodiu no Haiti a revolta de Saint-Domingue<sup>10</sup>, no período de 1791-1804 que se constituiu como a primeira revolta de escravos bem sucedida da História, onde os então cativos lutaram contra o imperialismo colonial francês, vencendo-os e se tornando a primeira nação negra independente. Segundo Reis:

Os próprios barões do açúcar reconheceram que não se podia controlar completamente o movimento africano. [...] A classe dirigente baiana não era burra. Não alimentava a ilusão de poder conviver pacificamente com seus escravos. Seu objetivo era manter as rebeliões dentro dos limites suportáveis, era evitar a temida revolução à moda haitiana. [...] O Haiti seria evitado na Bahia, mas o temor de uma grande insurreição continuaria a ser alimentado por rebeliões parciais, que se incorporariam ao cotidiano da província, frequentemente na forma de insistentes boatos, sobretudo durante o verão, quando acontecia a maioria das festas públicas (REIS, 2003, p.115).

Conforme Marco Morel: “No período regencial ocorreu uma verdadeira africanização do Brasil: calcula-se, por estimativa, que, dos cinco milhões de africanos trazidos pra cá ao longo de quatro séculos, um milhão e meio entrou a primeira metade do século XIX” (MOREL, 2003, p.45). Nesse sentido de intensa entrada de africanos escravizados no Brasil, Reis (2003) comenta que havia um medo explícito recorrente entre a pequena população dirigente branca baiana na

---

<sup>9</sup> Relatos do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1826/000001.html> Acesso em 14 de março de 2016.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf> Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

época. Segundo seus cálculos, a população de Salvador no período era de cerca de 65.500 habitantes. Somados, os brancos não passavam de 22% em contraste com uma maioria quase que esmagadora de 78% de negros escravos ou não, mestiços e pardos. Ainda segundo seus cálculos, os africanos na Bahia somavam 22 mil. Stuart Schwartz ainda pontua essa crescente africanização de Salvador do XIX e do medo que esse processo desencadeava nos senhores baianos:

[...] na estrutura etária da população escrava predominavam jovens adultos, que constituíam cerca de 60% da mão-de-obra escrava da cidade. Eis então uma população escrava que, no início do século XIX, era cada vez mais jovem, africana e masculina. Não surpreende a crescente preocupação dos senhores, cercados por uma enchente de escravos estrangeiros, nativos da África [...]. Não surpreende a onda de inquietação escrava e solidariedades étnicas no interior da complexa estrutura da sociedade escravocrata baiana e no contexto da resistência tradicional (SCHWARTZ, 1996, p.376).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revolta dos malês de 1835 sem dúvida se mostra como um belo exemplo de resistência à escravidão. Articulada por muçulmanos e desenvolvida por africanos de diferentes religiões e etnias, fica claro que houve uma solidariedade étnica entre esses rebeldes que, de certa forma, combateram mais como um grupo desenvolvido em torno da etnia do que separados pelas mesmas. A religião islâmica dos escravos e libertos participantes do levante também se constitui como elemento de resistência pelo simples fato de existir, em detrimento da religião oficial do Império e dos senhores baianos: “A religião esteve entrelaçada com classe e etnia e todas devem ser consideradas como fatores dinâmicos que possibilitaram a rebelião de 1835” (SILVA; REIS, 1989, p.112).

A sociedade baiana daquela época estava imersa nas agitações políticas e a comunidade negra não era alheia a esse processo. O levante de janeiro de 1835 questiona o sistema escravocrata de forma magistral e se torna uma das mais importantes rebeliões escravas das Américas, ganhando conotações internacionais. Mesmo instrumentalizados de forma precária, esses escravos e libertos lutaram e ganharam voz pelas ruas de Salvador, agitando os ânimos e levando medo e desconfiança para as classes dirigentes baianas.

O sonho de construir “uma Bahia só para africanos” não se realizou. Entretanto, os malês e sua revolta contribuíram de forma imprescindível para apressar o fim do tráfico de escravos para o Brasil. Reis (2003) escreve: “O fim das

rebeliões não seria o fim da resistência” (REIS, 2003, p. 549). Precedida por várias revoltas haussás no começo do século XIX a rebelião de 1835 fica na memória e na história do nosso país como um dos mais importantes movimentos étnicos, políticos e religiosos protagonizados pelos negros no Brasil escravocrata.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celia Maria. *Onda Negra Medo Branco - O Negro no Imaginário das Elites Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

HADDAD, Jamil Almansur. *O que é islamismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IGNACE, Etienne. A revolta dos Malês (24 para 25 de janeiro de 1835). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - Ano XIV, N.0 33*. 1907.

LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Estampa, 1982.

MANTRAN, Robert. *Expansão Muçulmana: séculos VII-XI*. São Paulo: Pioneira, 1977.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

REIS, João José. *A revolta dos Malês em 1835*. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://educacao.salvador.ba.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf?c92692>> Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*. Revista USP, São Paulo (28): 14-39, dezembro/fevereiro 95/96.

\_\_\_\_\_. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>> Acesso em 29 de janeiro de 2016.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico - a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.